



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 745/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 1575/2014 - 02 Volumes.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM.

**4- Exercício:** 2013.

**5- Responsável:** Sr. Ari Jorge Moutinho da Costa, ex-Presidentes do TJAM.

**6- Unidade Técnica:** DICAD/AM – Relatório Conclusivo nº 04/2015 (fls. 246/294) e  
DICOP – Informação nº 290/2015 (fls. 313/314).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº  
564/2015-MP-JBS, do Dr. João Barroso de Souza, Procurador de Contas (fls. 300/310)

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

Prestação de Contas. Tribunal de Justiça do  
Estado do Amazonas. Exercício 2013.

*Contas Regulares com ressalvas. Quitação ao  
responsável. Determinação ao Tribunal de Justiça  
do Amazonas e a Comissão de Inspeção.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar Regular com ressalvas**, a Prestação de Contas, exercício de 2013, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJ/AM, sob a responsabilidade do Sr. Ari Jorge Moutinho da Costa – Desembargador-Presidente e Ordenador de Despesas à época da presente Prestação de Contas, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei nº 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

**9.2- Dar quitação ao responsável**, Senhor Ari Jorge Moutinho da Costa, com fulcro no art. 24, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 189, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM

**9.3- Determinar** ao titular do Tribunal de Justiça –TJ/AM, que:

**9.3.1-** Proceda à atualização do Inventário de Bens de modo a estar compatível com o Balanço Patrimonial;

**9.3.2-** Atente para a adesão à unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social – AMAZONPREV levando em consideração o caráter do regime de previdência dos servidores públicos como de filiação obrigatória na qualidade de segurado; e,

**9.3.3-** Envie todos os contratos temporários para análise e apreciação do setor competente, nos termos da Resolução n. 4/96 – TCE/AM, ressaltando que essas contratações devem estar sujeitas a exame em apartado das Contas, conforme determina o teor das Resoluções n. 04/1996 e 04/2002 – TCE/AM;



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 745/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.4- Determinar** à Comissão de Inspeção que analisará as Contas futuras do TJ/AM, que:

**9.4.1-** Observe se estão sendo adotadas as medidas em relação a verificar o Sistema de Controle Patrimonial, para que não haja divergências, verificando, ainda, se o Balanço registra a posição dos bens, direitos e obrigações da Administração Pública através das Contas do Ativo e Passivo Financeiros;

**9.4.2-** Acompanhe se estão sendo adotadas providências acerca do acordo de parcelamento celebrado com o Fisco para pagamento do Imposto de Renda retido na fonte de exercícios anteriores; e,

**9.4.3-** Acompanhe se estão sendo adotadas providências acerca do acordo de parcelamento celebrado com o AMAZONPREV para pagamento das contribuições dos servidores de exercícios anteriores.

**10- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 09 de setembro de 2015.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**12.1- Declaração de Impedimento:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (art. 65 do Regimento Interno).

**12.2- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral